



WORKSHOPS E REUNIÕES SOBRE O Impacto da COVID-19 no Cluster do Mar Português - Relatório de conclusões

Maio, 2020

ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	3
CONCLUSÕES	5
AQUACULTURA	5
CONSERVAS DE PESCADO.....	9
INDÚSTRIAS NAVAIS.....	12
TURISMO NÁUTICO	16
CONTACTOS	23

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A Fórum Oceano concluiu em final de 2019 um trabalho subordinado ao tema dos Desafios do Mar 2030 ([disponível no nosso website](#)). Nesse documento, amplamente participado pelos *stakeholders*, foi estabelecido um conjunto de desafios para as diferentes fileiras da economia do Mar ao horizonte 2030. Apesar da sua elaboração recente, rapidamente o conteúdo do documento foi ultrapassado devido aos efeitos imprevistos do COVID 19.

A crise provocada pela pandemia tem um carácter diferente das crises anteriores, ela é mundial, afeta as cadeias globais de produção e de distribuição e tem uma dupla incidência, do lado da oferta e do lado da procura. À semelhança do que se está a verificar nos países atingidos, o Governo de Portugal lançou um primeiro conjunto de medidas dirigidas às empresas de forma a apoiá-las nesta situação crítica e, tanto quanto possível, a assegurar o emprego e as condições para retomarem a sua atividade normal após a crise.

Neste contexto, a Fórum Oceano, enquanto entidade gestora do Cluster do Mar Português decidiu realizar, entre abril e maio, um programa de *workshops* e reuniões à distância com associados e outros *stakeholders* para avaliar o impacto da crise do COVID 19 nas diferentes atividades que integram a economia do Mar. As sessões tiveram por objetivo identificar os principais impactos da crise, conhecer a opinião quanto à pertinência das medidas já tomadas pelo Governo e recolher propostas e sugestões de medidas que possam vir a ser ponderadas para promover a retoma.

As sessões realizadas, ajustadas ao contexto e à situação de cada setor, seguiram uma estrutura comum, de acordo com o seguinte conjunto de aspetos principais:

- **Quais são os principais impactos gerados pela crise sanitária nas empresas que integram a fileira ao nível de:**
 - Tesouraria;
 - Produção;
 - Empregos;
 - Quebra das cadeias de aprovisionamento e fornecimento de bens e serviços intermédios;
 - Mercados.

- **Qual é a pertinência das medidas lançadas pelo Governo no apoio às empresas nos domínios:**
 - Financiamento (linhas de crédito);
 - Apoios à continuidade da atividade e do emprego;
 - Medidas Fiscais;
 - Projetos PT 2020.

- **Que propostas de medida poderão ser apresentadas ao Governo para apoiar as empresas nesta situação de crise e para criar as condições para a retoma da sua atividade, o mais rapidamente possível.**
- **Quais os impactos desta crise (positivos e negativos) que antecipa, a médio prazo, sobre sua atividade e a sua empresa.**

Foram realizadas sessões de trabalho para as atividades Aquacultura, Conservas de Pescado, Indústrias Navais e Turismo Náutico, que contaram com a colaboração das respetivas associações empresariais e de empresas. No caso das Indústrias Navais, as conclusões que se apresentam decorrem de um trabalho realizado pela respetiva Associação no âmbito de uma iniciativa europeia promovida pela Sea Europe, em que a AIN participou.

Serão ainda oportunamente realizadas sessões com outros setores da economia do Mar, nomeadamente com o setor Portuário, Transportes Marítimos e Logística.

O presente documento apresenta as principais **conclusões** das sessões realizadas e tem por objetivo sensibilizar as entidades competentes para a gravidade da situação vivida nalguns setores e chamar a atenção para algumas propostas e medidas cuja adoção poderá contribuir para minimizar os efeitos da crise e melhorar as condições de retoma.



António Nogueira Leite
Presidente da Fórum Oceano

CONCLUSÕES

AQUACULTURA

Quais são os principais impactos gerados pela crise sanitária nas empresas que integram a fileira?

- A nível da **produção**, nas empresas de aquacultura de diferentes métodos de produção e espécies, pelo facto de lidarem com organismos vivos não há paragem do ciclo de produção; apenas as depuradoras de bivalves fecharam, mantendo apenas alguma atividade residual junto da grande distribuição. As empresas fornecedoras de rações continuam com a atividade plena, com os devidos constrangimentos; já na componente da prestação de serviços de I&D houve um desinvestimento com quebras de faturação na ordem dos 20% a 40%. Neste momento há excesso de biomassa que não é possível armazenar; é necessário agir muito rápido para libertar o stock e estão a ser aplicadas algumas estratégias para esse efeito, mas é preciso cuidado com possíveis implicações negativas na aplicação dessas estratégias, a médio prazo, na saúde dos animais.
- A nível do **emprego**, não houve para já despedimentos no setor; algumas empresas recorreram ao regime de *layoff* parcial, mas esta opção não é viável durante muito tempo pois a quantidade de trabalho numa aquacultura e a mão de obra requerida é bastante exigente, principalmente nesta época do ano que é uma altura de trabalho acrescido; os custos têm necessariamente de se manter.
- Quanto à **quebra das cadeias de aprovisionamento e fornecimento de bens e serviços intermédios** registam-se atrasos na entrega de rações de peixe.
- A nível dos **mercados**, regista-se uma quebra enorme nos volumes de venda. A nível nacional o principal destino para escoação do produto é o canal HORECA, que fechou; o facto de o turismo ter parado é dramático. Apenas a grande distribuição se tem mantido como o único mercado efetivo de escoamento dos produtos aquícolas, mas que não os absorve de uma forma uniforme havendo espécies, como os bivalves, que não encontram aí mercado que escoe os seus produtos. No mercado internacional registou-se uma quebra quase total de encomendas (por exemplo, a exportação de juvenis e de alguma ostra parou durante o mês de março e atualmente registam-se algumas vendas semanais a 10% do que estava orçamentado; quebra nas vendas de pregado de 40% em março e em abril; as encomendas de macroalgas para França e Reino Unido praticamente inexistentes; quebra nas vendas de rações). A diminuição do volume de vendas de pescado é acompanhada, em geral, de uma quebra no preço médio de venda dos produtos. Já no caso dos bivalves, as ostras grandes perdem valor comercial e as ameijoas, porque aumentam de calibre, e conseqüentemente ficam mais caras para o consumidor, deixam de ser procuradas.
- Face aos impactos apresentados acima, o principal problema das empresas é a nível de tesouraria.

Qual é a pertinência das medidas lançadas pelo Governo no apoio às empresas?

- Financiamento (linhas de crédito): algumas empresas submeteram os pedidos de contrato de crédito, mas ainda nenhuma empresa conseguiu este apoio; aguardam que linhas específicas para o setor fiquem disponíveis na banca (entretanto disponibilizadas a 18.05.20).
- Apoios à continuidade da atividade e do emprego: o regime de *layoff* está a funcionar.
- Medidas Fiscais e Projetos PT 2020: As medidas do PT2020 e do Mar 2020 estão a funcionar e os pagamentos dos projetos em curso foram céleres. A dilatação dos prazos de pagamento do IVA e da Segurança Social também está a funcionar apesar de ser o adiar de um problema, no caso de não haver liquidez financeira. O pagamento contra fatura é uma medida boa, mas ainda sem grandes resultados.
- O aquacultor tem acesso ao fundo de compensação salarial dos profissionais da pesca, mas que não é acumulável com apoios do Mar 2020; não justifica fazer o pedido a este fundo e deixar de ser elegível ao Mar 2020.
- As medidas acima não são, no entanto, consideradas suficientes.
- A CE demonstrou disponibilidade para alterar o regulamento do FEAMP de forma a que os estados membros consigam disponibilizar ajuda às empresas para fazer face à perda de rendimento (até 31 de dezembro de 2020). Seria ótimo aproveitar a oportunidade para implementar esta medida, que tem de ser implementada pelos estados membros que têm de fornecer as ferramentas para as empresas poderem aceder a ela, mas há receio que a medida, em Portugal, não venha a ser concretizada para a aquacultura.
- Para o caso particular de empresas que estão a iniciar projetos estas têm tido respostas negativas em relação a quase todas as matérias, e houve uma alteração do comportamento dos investidores que não estão dispostos a investir a longo prazo.

Que propostas de medida poderão ser apresentadas ao Governo para apoiar as empresas nesta situação de crise e para criar as condições para a retoma da sua atividade o mais rapidamente possível?

- É preciso apoio para além do que está a funcionar, nomeadamente para ajudar a escoar o stock que não dá para ficar armazenado ou ser transformado.
- A aquacultura nacional tem de ser vista como uma importante reserva estratégica de abastecimento do país; caso houvesse canais de escoamento do produto, o setor estaria em condições para melhor abastecer o mercado nacional, principalmente o pequeno produtor que está muito dependente do canal da restauração.
- Dilatar do prazo de comprovativo da execução financeira na medida dos pagamentos contra fatura.

- A Medida 4 do FEAMP (saúde pública) prevê apoio para paragens obrigatórias por causa das biotoxinas, que praticamente não é utilizada, e cujo fundo poderia ser redirecionado para as ferramentas de apoio previstas com a alteração do regulamento do FEAMP, caso esta medida seja implementada para o setor da aquacultura, em Portugal.
- Explorar medidas para valorizar o produto nacional.

Quais os impactos desta crise (positivos e negativos) que antecipa, a médio prazo, sobre a sua atividade e empresa?

- É difícil fazer a previsão do que irá acontecer a curto prazo; mais difícil ainda de prever a médio e longo prazo. O impacto vai depender da disponibilidade do mercado e do cliente, em particular, em comprar o produto, e dos produtores que vão conseguir sobreviver.
- O impacto no setor será variado devido à sua heterogeneidade e dependente também do que acontecerá a nível internacional.
- Espera-se uma queda de preços muito acentuada.
- Espera-se que 2021 ainda vá ser um ano fortemente afetado pela crise em relação a vendas e antecipa-se alguma recuperação a partir da Páscoa. A 3 anos há mais otimismo.
- Poderão surgir algumas oportunidades espoletadas pelas mudanças de comportamento do consumidor (por exemplo, a compra online) e do empresário, que terá de se adaptar a novas realidades (por exemplo, arranjar alternativas aos atuais canais de vendas). Importa ganhar escala para garantir maior autonomia e capacidade para aceder diretamente aos mercados.
- O apoio por parte da alteração do regulamento do FEAMP vai ser essencial para se conseguir ter um cenário mais positivo.
- Há problemas existentes que estão agora suspensos por causa da pandemia (licenciamento, ordenamento, etc) e que não estão a ser tratados devidamente. Outros problemas poderão até ser agravados (por exemplo, o uso de plásticos de utilização única). Há que prosseguir o tratamento e resolução dos problemas que vêm de trás, independentes do COVID-19.
- É expectável que o desinvestimento na componente de I&D se mantenha durante 2021.

Participantes

Entidade	Nome
Fórum Oceano	Rui Azevedo
	Carla Domingues
Colab B2E, e em representação da Sparos e Sorgal	Elisabete Matos
Algaplus	Helena Abreu
Seaentia	João Rito
APA & Quinta do Salmão	José Calheiros
Cooperativa da Formosa	Marta Rocha
Acuinova	Renata Serradeiro
APA & Bivalvia	Rui Moreira

CONSERVAS DE PESCADO

Quais são os principais impactos gerados pela crise sanitária nas empresas que integram a fileira?

- A nível da **produção**, a implementação de planos de contingência apertados implicou uma quebra de produtividade em algumas empresas; foram aumentados e estendidos os turnos para melhorar a segurança dos colaboradores e também para dar resposta à necessidade de abastecer os pontos de venda; registou-se um aumento significativo de absentismo devido ao apoio aos filhos e a outros familiares; dificuldade de deslocação de técnicos externos às empresas dando origem a paragens de produção. Apesar destes constrangimentos, a maioria das empresas registou picos de produção durante o mês de março e o início do mês de abril, exceto as empresas que trabalham o sector *gourmet* e que fornecem apenas as lojas da especialidade.
- A nível do **emprego**, apenas uma empresa do setor optou pelo regime de *layoff* (pelo seu segmento de mercado, venda direta para loja); outras empresas tiveram necessidade de contratar para cobrir o absentismo.
- Quanto à **quebra das cadeias de aprovisionamento e fornecimento de bens e serviços intermédios** registam-se atrasos nos portos e alfândegas em parte devido ao número de pessoas afetadas no país, nesses serviços, o que origina atrasos de receção dos produtos, com custos de imobilização de contentores imputados a empresas importadoras que nada têm a ver com o assunto.
- A nível dos **mercados**, registou-se no início das medidas restritivas em Portugal um pico de procura durante cerca de 3 semanas que excedeu os 100% no mercado nacional, mas neste momento as vendas estão normalizadas ou até abaixo do normal para a época. No mercado internacional houve também um pico de procura de conservas no início da pandemia de acordo com a evolução desta em cada país.

Qual é a pertinência das medidas lançadas pelo Governo no apoio às empresas?

- Financiamento (linhas de crédito): as medidas são positivas para as empresas que aderiram ao regime de *layoff*.
- Apoios à continuidade da atividade e do emprego: será necessário a manutenção do regime de *layoff*.
- Medidas Fiscais e Projetos PT 2020: necessário agilizar e acelerar os pagamentos dos projetos em curso.

Que propostas de medida poderão ser apresentadas ao Governo para apoiar as empresas nesta situação de crise e para criar as condições para a retoma da sua atividade o mais rapidamente possível?

- As empresas conserveiras estão fora dos apoios do PT 2020 a feiras internacionais. Trata-se de uma indústria maioritariamente exportadora, mas cada vez há menos empresas com capacidade para capturar novos mercados; das atuais 15 empresas nacionais, apenas 4 a 5 empresas participam em feiras nacionais e internacionais com regularidade. Precisam de apoio no sentido da internacionalização e participação em feiras.
- Devido ao stock da sardinha portuguesa ter diminuído, a Indústria de Conservas de Pescado tem recorrido a fornecedores internacionais para o abastecimento de sardinha. Neste período do COVID-19, o fecho de alguns portos internacionais tem estrangulado o abastecimento da Indústria de Conservas Portuguesa. Prevê-se que a pesca de sardinha em Portugal se inicie no dia 1 de junho, mas durante os primeiros meses de verão essa sardinha será principalmente vendida para o mercado de frescos, a preços proibitivos para as conserveiras.
- Ainda que com impacto indireto nas conserveiras, é necessário tratar os dados do stock de sardinha ibérica para se estabelecer as cotas de pesca para 2020. Neste momento a recomendação do ICES é baseada em dados de 2018 criando um *gap* temporal entre o momento da avaliação e a realidade atual o que desvirtua a avaliação e conclusão da cota, estando, no entanto, prevista uma atualização entre o final do mês de maio e o início do mês de junho. O aumento da cota de pesca de sardinha melhorará as possibilidades de abastecimento à indústria conserveira.

Quais os impactos desta crise (positivos e negativos) que antecipa, a médio prazo, sobre a sua atividade e empresa?

- É difícil fazer a previsão do que irá acontecer com o consumo de conservas. Após um pico inicial, provavelmente o consumo vai diminuir por causa da quebra do turismo e dos serviços de catering, e da diversificação do consumo de outros produtos durante os meses de Verão, por parte dos portugueses. É expectável que depois da quebra o consumo estabilize após o verão.
- No final do verão deve diminuir o volume de negócios nas vendas de mercado interno e situação muito similar deve acontecer no mercado externo. No caso do Reino Unido, por exemplo, no início de abril ainda havia necessidade de repor algumas cadeias de abastecimento, mas de momento já normalizaram. O mesmo se passa para os EUA.
- O setor de conservas *gourmet* vai sofrer uma quebra significativa pela falta de poder de compra a médio prazo.
- No mês de março não houve problema no aprovisionamento de matéria prima, mas prevê-se que nos próximos meses haja problemas no abastecimento de sardinha, pela

dependência que existe de abastecimento do exterior, principalmente da sardinha de Marrocos cuja pesca ainda não começou. Acrescenta ainda o facto da sardinha que vem de Marrocos, uma vez iniciada a pesca, demorar cerca de 15 dias a chegar a Portugal.

Participantes

Entidade	Nome
Fórum Oceano	Rui Azevedo
	Carla Domingues
ANICP – Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe	José Maria Freitas
	Isabel Tato

INDÚSTRIAS NAVAIS

Preâmbulo

A associada da Fórum Oceano AIN - Associação das Indústrias Navais é a associação setorial que representa o Setor de Tecnologia Marítima Português (STM), que inclui: Construção Naval (CN); Reparação, Conversão e Manutenção de Navios (RCMN); Projeto, Engenharia e Consultoria (PEC) e fabricação de Equipamentos, Componentes e Sistemas (ECS) e outros Serviços para o setor, sendo a CN e a RCMN a sua principal área de negócios.

A AIN é a representante nacional da Associação Europeia do Setor da Tecnologia Marítima, SEA Europe. Para avaliar o impacto da pandemia COVID-19 neste setor em Portugal, a AIN entrevistou as principais empresas e enviou-lhes um questionário, produzido pela SEA Europe. Este inquérito foi levado a cabo a nível Europeu, pelas várias organizações associadas da SEA Europe com intuito de avaliar o impacto desta pandemia nas empresas europeias deste setor.

A AIN recebeu respostas de 17 empresas do setor, incluindo os três principais estaleiros nacionais, que sendo grandes empresas (> 250 trabalhadores), representam mais de 50% do volume de negócios nacional total na Construção Naval e mais de 70% do volume de negócios nacional total na Reparação, Conversão e Manutenção de Navios.

Em complemento a AIN entrevistou ainda as principais empresas deste setor para uma melhor compreensão da sua situação e elucidação de questões não abordadas no inquérito.

As respostas aos inquéritos e as entrevistas às empresas levados a cabo pela AIN, permitem uma primeira avaliação do impacto da COVID-19 nesta fileira em Portugal, que se sistematiza nos pontos seguintes.

Quais são os principais impactos gerados pela crise sanitária nas empresas que integram a fileira?

O impacto da pandemia COVID-19 nesta fileira depende de vários fatores tais como a dimensão da empresa (Grande, PME ou Micro), a atividade que suporta (marinha, frota mercante, pesca, turismo e lazer, energia...), e o mercado em que opera, apenas nacional ou internacional.

Do inquérito levado a cabo a dimensão é nesta fase o fator mais crítico, de facto enquanto as grandes empresas têm conseguido até agora, adequar a capacidade de trabalho à menor procura, nas micro e pequenas e médias empresas a situação já é crítica, apresentando um impacto considerado muito forte, tendo mesmo uma das microempresas inquiridas reportado ter os trabalhadores em *Layoff*.

No entanto, a forte diminuição da procura pode levar também as grandes empresas a entrar numa situação económica, financeira e social crítica, com graves repercussões, nas empresas de subcontratação, a que costumam recorrer.

As atividades que suportam também têm influência na intensidade do impacto sentido pelas empresas. Aquelas que se dedicam à manutenção da Armada da Marinha Portuguesa ou da frota de pesca nacional, consideram a sua atividade moderadamente afetada, enquanto outras que se dedicam a outras atividades, em setores e mercados mais concorrenciais, reportaram que a sua atividade está substancial ou muito fortemente afetada.

Nesta fileira a Construção Naval foi a atividade que viu mais afetada a sua atividade e mais concretamente aqueles estaleiros cuja maior parte do trabalho se destina ao turismo, lazer e recreação (todas as PME), que reportaram estar a sentir impactos muito fortes na produção. No polo oposto, as empresas Projeto, Engenharia e Consultoria (PEC) reportaram um impacto moderado mantendo, por enquanto, a quase totalidade das atividades e estando a recorrer ao teletrabalho para grande maioria dos trabalhadores.

No que diz respeito à Reparação, Conversão e Manutenção Naval, os estaleiros de grande dimensão têm conseguido com grande esforço manter a atividade e o emprego, tendo reportado uma redução Moderada da atividade produtiva.

No entanto, e face alguns cancelamentos e adiamento de encomendas que começaram já ocorrer, todos os estaleiros, de diferentes dimensões e tipo de atividade, receiam uma forte quebra na procura (novas contratações), vendas e volumes de negócios, com graves consequências no emprego e nos resultados económicos e financeiros.

Qual é a pertinência das medidas lançadas pelo Governo no apoio às empresas?

As recentes iniciativas horizontais do Estado Português e da Comissão Europeia em resposta ao surto de COVID-19 tentam minimizar o impacto desta crise em todas as indústrias europeias. Entre estas destacam-se como pertinentes:

- Esquemas para redução temporária de pessoal ativo e pagamento de salários durante o fecho das empresas devido à quebra das cadeias de abastecimento (*Layoff*);
- Medidas para apoiar o teletrabalho (no caso desta fileira mais relevante para as áreas administrativa e de Projeto, Engenharia e Consultoria);
- Financiamento (linhas de crédito): Empréstimos garantidos para empresas;
- Medidas fiscais: Flexibilização de pagamentos de impostos, segurança social e outros encargos das empresas ao estado.

No entanto para esta fileira não é suficiente e é necessário complementar aquelas iniciativas com **políticas setoriais e apoio financeiro - adaptados às necessidades e desafios específicos dos estaleiros, da indústria de equipamentos marítimos e da sua cadeia de fornecimentos**, que permitam às empresas nacionais lidar com as graves consequências económicas e financeiras do surto de COVID-19, e salvaguardar a longo prazo a sobrevivência deste setor estratégico.

Que propostas de medida poderão ser apresentadas ao Governo para apoiar as empresas nesta situação de crise e para criar as condições para a retoma da sua atividade o mais rapidamente possível?

No curto e médio prazo, devem ser **adotadas políticas setoriais e medidas financeiras**, incluindo **auxílios estatais**, em apoio às Indústrias Navais, sem as quais existirá um grande risco de Portugal perder, ou reduzir abaixo do seu nível crítico, este setor estratégico, suporte de todas as fileiras que constituem a Economia do Mar.

Para esta fileira é fundamental que o Governo responda com medidas que, otimizando o seu esforço financeiro, contemplem, por exemplo, uma política de contratação pública que, garantindo a manutenção de postos de trabalho, responda também às necessidades do país, com a obrigação das empresas maximizarem o Valor Acrescentado Nacional, nomeadamente:

- A contratação dos Navios Patrulhas Oceânicos, como consta na Lei de Programação Militar;
- A construção de Ferries para transporte entre Regiões Autónomas e o Continente, ou entre Ilhas;
- A Renovação da Frota de Pesca;
- A construção de Embarcações Portuárias;

As empresas inquiridas pela AIN referiram também as seguintes propostas de medida a concretizar no curto prazo:

- Menor burocracia e agilizar o acesso às linhas de crédito;
- Um mecanismo de empréstimo do Banco de Portugal de apoio à liquidez das empresas, ajudando-as a diminuir a interrupção dos seus fluxos de caixa por meio de empréstimos com taxas de juro baixas;
- Fundos para garantir o emprego futuro dos funcionários que são essenciais, experientes e formados na empresa;
- Possibilidade/flexibilidade de despedimentos de trabalhadores excedentários, mesmo sem cumprir o critério de redução nas vendas necessário, de forma a reduzir a folha de pagamentos e adequar o número de trabalhadores à atividade da empresa impedindo-a de entrar em falência;
- Apoio específico às empresas de subcontratação a quem era contratado parte do trabalho e que já estão em dificuldades;
- Monitorizar continuamente a situação das PME's.

Medidas a tomar a médio e longo prazo:

- Proteção contra distorções do mercado de fora da EU;
- Aquisição de bens e serviços nacionais;
- Adiantamentos em adjudicação de concurso públicos.

Quais os impactos desta crise (positivos e negativos) que antecipa, a médio prazo, sobre a sua atividade e empresa?

Esta fileira está a ser atingida pelo surto de COVID-19. Mas, ao contrário de outras indústrias, sentirá as reais consequências negativas do surto de forma mais aguda a médio e longo prazo. Isso ocorre porque a construção/reparação naval e o fabrico de equipamentos marítimos são atividades orientadas para a exportação e dependem muito das tendências macroeconómicas globais, volumes comerciais e sentimento do mercado.

A maioria dos estaleiros da CN e da RC&M antecipam assim um agravamento mais significativo nas novas contratações, vendas e volume de negócios, do que na produção atual, o que certamente irá ter um impacto a médio prazo no emprego e viabilidade de algumas empresas.

TURISMO NÁUTICO

Quais são os principais impactos gerados pela crise sanitária nas empresas que integram a fileira?

- No setor de Congressos, Animação Turística e Eventos regista-se uma **“paragem total”** da atividade.
- Na área dos Portos de Recreio e Marinas regista-se igualmente uma **“quebra total”** da atividade. Os Portos e Marinas só podem receber embarcações com bandeira portuguesa, que estejam em águas portuguesas e que apresentem razões devidamente fundamentadas sobre a mudança de uma marina para outra.
 - As receitas provenientes dos visitantes externos são muito importantes para a atividade das Marinas.
 - Apesar de não receberem embarcações novas, as Marinas têm embarcações residentes ou com contrato de maior duração, o que as obriga a manter a atividade, tendo custos de manutenção significativos (ex. segurança, eletricidade).
 - Porém, os contratos de postos de amarração não têm sido renovados, havendo atrasos nos pagamentos e prevendo-se dificuldades de cobrabilidade. Além de não renovarem o contrato, os proprietários não retiram as embarcações das Marinas.
- A atividade interdita em todas as praias do país, imposta pelas Capitánias desde o dia 14 de março, levou a uma **“paragem total”** das atividades relacionadas com a prática de Surf.
 - As empresas, essencialmente nano e micro, tinham feito investimentos, preparando a abertura da época balnear e enfrentam agora sérias dificuldades.
- As Associações do setor têm indicação de que há empresas em *layoff*, mas não sabem quantas poderão ter aderido a este regime.
- Grande parte dos **postos de trabalho encontra-se em risco**.
 - A APECATE estima que mais de **70%** dos postos de trabalho poderá estar em risco no setor de Congressos, Animação Turística e Eventos
- Há postos de trabalho que não serão ocupados, por se tratar de atividades com cariz sazonal. Prevê-se que milhares de pessoas não cheguem a iniciar o seu trabalho.
 - As empresas estão a **perder “ativos importantes”** que contratavam todos os anos.

Qual é a pertinência das medidas lançadas pelo Governo no apoio às empresas?

- O Governo anunciou medidas **rapidamente**, mas que são consideradas “**pequenos paliativos**”.
 - Há abertura por parte da Administração Central e as medidas têm vindo a evoluir.
 - Medidas rápidas e entendidas como “bastante boas”, mas que pecam por insuficiência, sobretudo o regime de **layoff**. **A sua duração não será suficiente para empresas cuja atividade é sazonal e que só retomará no próximo ano.**
 - O **layoff** não é aplicável a todos os casos, designadamente, sócio-gerentes com trabalhadores a cargo, e empresas de praia, cuja atividade foi interrompida no dia 14 de março.
 - O regime de **layoff** é ainda entendido como um processo complexo, havendo um “grande desfasamento” entre pedidos e apreciações.
- Há um feedback muito positivo acerca da linha de **crédito operacionalizada através do Turismo de Portugal**, quer ao nível do processo burocrático, quer em termos de celeridade de resposta.
- Linhas de apoio da banca não estão acessíveis a todas as empresas e **não são o que os negócios necessitam** para dar resposta à crise.
 - Nem todas as empresas conseguem aceder aos apoios disponíveis e o crédito significa endividamento para as empresas que têm a sua atividade completamente suspensa. Bancos estão a praticar “spreads inacreditáveis”.
 - **Bancos demoram demasiado tempo a responder aos pedidos e processos ficam pendentes nas sociedades de garantia mútua.**
- Não existem **medidas fiscais**, apenas adiamento das obrigações.
- Selo “Estabelecimento **Clean & Safe**” (aplicável a empresas marítimo-turísticas e Marinas), criado pelo Turismo de Portugal é visto como uma medida **positiva**, para transmitir **confiança** ao visitante.

Que propostas de medida poderão ser apresentadas ao Governo para apoiar as empresas nesta situação de crise e para criar as condições para a retoma da sua atividade o mais rapidamente possível?

- **Alargamento das moratórias até março de 2021.**
- Dilação dos prazos de pagamento de empréstimos.
- Concessão de apoios a **fundo perdido** a microempresas (ex: por posto de trabalho por um período de 6 meses).
- **Prolongamento do regime de *layoff*** para além dos três meses previstos.
- Operacionalização de **mais medidas através do Turismo de Portugal** para facilitar acesso a micro e nano empresas.
- Isenção ou alívio de obrigações, nomeadamente taxas e licenças, por parte da Administração Central, Local e autoridades competentes, para aliviar a carga fiscal das empresas.
- **Redução da taxa de IVA** para as empresas ligadas ao Surf.
- Alteração do IVA aplicado às Marinas (23%), cobrando a mesma taxa praticada para Hotéis ou Parques de Campismo.
- **Levantamento das restrições** para a realização de atividades náuticas e abertura das Praias o quanto antes, mediante um conjunto de condições que permitam às empresas iniciar atividade sem comprometer os esforços de contenção da Pandemia, como por exemplo, limitar o número de passageiros por embarcação.
- **Investimento em infraestruturas de Praia**, para transmitir ao Turista um sentimento de segurança sanitária (ex: acessibilidades, balneários, chuveiros).
- Criação de **apoios** para entidades que não se encaixam nas medidas disponibilizadas pelo Governo, garantindo a sustentabilidade por exemplo de **Clubes Náuticos** ou Centros de Formação Desportiva.

- Lançamento de **campanhas promocionais** para alavancar o Turismo Náutico, promover destinos e a prática de atividades náuticas, nomeadamente, da Rede das Estações Náuticas de Portugal, (ex: apelar ao Turismo de Portugal o lançamento de uma campanha “Can’t skip the Ocean”).
- Constituição de uma **parceria construtiva**, envolvendo todos os intervenientes da cadeia de valor e aproximando a Administração Central e as empresas.
- **Capacitação e reconversão de recursos humanos** para responder às exigências pós-COVID, nomeadamente, a falta de segurança e a dificuldade em contratar **nadadores-salvadores** e, assim, ajudar a manter postos de trabalho:
 - Capacitação de treinadores de Surf para o apoio a banhistas, através de formação online. Instrutores conhecem as praias, são capazes de realizar manobras de salvamento e têm experiência no contacto com os banhistas.
 - Existem pelo menos 1000 treinadores de Surf disponíveis.
 - Seriam formados como assistente de nadadores-salvadores, colocados em equipas com profissionais experientes e com flexibilidade para conseguirem conciliar atividades.
- Desenvolvimento de um **plano de investimento** em articulação com as medidas de apoio, que permita às empresas manter a capacidade produtiva durante este período, enquanto se reorganizam e reestruturam para dar resposta a um novo paradigma da procura e oferta turística.

Quais os impactos desta crise (positivos e negativos) que antecipa, a médio prazo, sobre a sua atividade e empresa?

- **A retoma será lenta.** Atividade arrancará ainda em 2020, terá um período de transição em 2021 e o setor estará a trabalhar em 2022. A recuperação será **mais lenta** para as empresas que não têm muita força de capital.
- Haverá uma **perda significativa de postos de trabalho** e não se prevê a criação de novo emprego.
- O regime de **layoff** terá de continuar nalguns casos.
- Na área da **construção e reparação** de embarcações, assim que os estaleiros entregarem os projetos em construção, haverá uma **grande quebra nas encomendas**.
- No âmbito do processo de **descentralização**, as questões relacionadas com a Náutica de Recreio passarão a ser responsabilidade dos Municípios. Ainda assim, a **Docapesca mostra-se disponível** para continuar a apoiar as empresas do setor.
- Sem haver uma **vacina** ou antiviral toda a atividade estará muito afetada, devido ao sentimento de insegurança e receio do visitante, sobretudo no que diz respeito às atividades que vivem da proximidade e contacto físico, como o Surf.
- Prevê-se que, assim que a atividade seja retomada, o **mercado interno** possa trazer alguma dinâmica ao setor. Contudo, o mercado português terá um **poder de compra reduzido**, pelo que não irá dar resposta a todos os problemas causados pelo surto.
- As companhias aéreas só operarão a partir de setembro, daí que a oferta deverá focar-se, ainda assim, no mercado nacional e **mercado interno alargado** (Espanha). Dever-se-á abranger no conceito de mercado interno alargado outros países europeus (França, Alemanha,...), já que, na ausência de voos, teremos potenciais turistas a utilizar o automóvel para se deslocarem.
- Surgirá um **novo paradigma**, por oposição ao Turismo de massas, e a oferta turística terá de ser repensada:
 - A atividade náutica recomeçará com oferta para pequenos aglomerados de pessoas, sobretudo grupos de amigos ou famílias.
 - O Turista será mais consciente e exigente quanto à qualidade do destino que escolhe. Ficará por mais tempo, em virtude dos elevados custos de deslocação,

- e privilegiará as empresas que mostrem maior cuidado nos serviços que prestam.
- Haverá uma maior procura pelas atividades realizadas ao ar livre, pelo ambiente, as viagens serão mais curtas e os grupos mais pequenos.
 - Empresas terão de se reinventar e criar medidas para conseguir captar este novo tipo de cliente, com novos critérios de compra (ex: aumentar segurança sanitária, planos de contingência e contenção sanitária).
 - No caso do **Surf**, terá de se reequacionar o modo de dar aulas, resguardando a saúde do instrutor e do aluno. Poderá ainda equacionar-se a possibilidade de desenvolver um **selo** à semelhança do que foi feito pelo Turismo de Portugal).
- Alguns territórios sofrerão com uma perceção pública da segurança e da saúde negativa, como é o caso do concelho de Ovar. **Deverá ser dada uma atenção muito especial aos territórios que têm hoje uma marca menos positiva.**
 - Terá de existir uma preocupação acrescida com o impacto e a **sustentabilidade ambiental** das atividades turísticas, decorrente de uma maior utilização de produtos de higienização e descartáveis, como máscaras.
 - É fundamental avançar com um **plano de recuperação para o Turismo**, por se tratar de um setor com especificidades que têm de ser trabalhadas fora do contexto geral das indústrias. O plano será importante para garantir que parte significativa das empresas possa continuar a existir e ao mesmo tempo preparar-se para a nova realidade: com menos pessoas conseguir a mesma receita.
 - Será igualmente importante garantir que **não se perde mão-de-obra especializada** e que será necessária uma vez que atividade seja retomada. Parte dos Recursos Humanos podem ser temporariamente reconvertidos noutras atividades.
 - A curto prazo deverá investir-se na ideia Portugal é um **destino confiável**, mostrando que a fileira da Náutica e Turismo Náutico está preparada para retomar atividade. Todos os setores devem seguir um princípio confiável ao nível da gestão do risco. A responsabilidade na perceção da confiança é de todas as organizações e toda a cadeia de valor tem de colaborar para dar resposta aos desafios colocados pela Pandemia.
 - Poderá ser relevante avançar com uma **Declaração de Princípio**, para apresentar ao Governo, mostrando que todas as entidades náuticas estão preparadas para a reabertura e que podem ser dos primeiros setores a retomar.
 - A Entidade Regional de Turismo do Centro, que no início da Pandemia criou a Campanha “Haverá Tempo”, tem previsto o lançamento de uma **nova campanha** para o recomeço intitulada **“Chegou o Tempo”**.

Participantes

Entidade	Nome
FÓRUM OCEANO	Rui Azevedo
	António José Correia
	Francisco Beirão
	Sofia Maciel
ASSOCIADOS FÓRUM OCEANO	
AESDP - Associação de Escolas de Surf de Portugal	Afonso Teixeira
ANG - Associação Naval do Guadiana	Luís Madeira
	David Silva
APECATE	António Marques Vidal
Docapesca	Teresa Coelho
	Sérgio Faiais
Inclusive Sailing, Lda.	Frederico Cerveira
PwC	Miguel Marques
Turismo do Centro	Pedro Machado
PARCEIROS - PRIVADOS	
APPR	Isolete Correia
SEA OF PORTUGAL - Notícias do Mar	João Carlos Reis
EMPRESAS CONVIDADAS - APPR	
Marina de Lagos	Martinho Fortunato
Marina do Parque das Nações	André Fernandes
EMPRESAS CONVIDADAS - APECATE	
SKIMOLHADO	Carlos Vieira
PALMA YACHTS	Rui Palma
EMPRESAS CONVIDADAS - AESDP	
I Surf Portugal	Jorge Alves
Baleal Surf Camp	Bruno Bairros
Time To Surf	Gonçalo Cintra

Contactos

Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar

Sede

UPTEC Mar, sala C2, Av. da Liberdade S/N

4450-718 Leça da Palmeira - Portugal

+351 220 120 764

geral@forumoceano.pt

Delegação

Rua das Portas de St. Antão, nº 89

1169-022 Lisboa - Portugal

+351 213 224 050

O Impacto da COVID-19 no Cluster do Mar Português

Fórum Oceano

Maio de 2020



Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional